

Decisões podem ir ao CMN amanhã

por Walter Marques
de Brasília

"Não existe a idéia de desindexar coisa nenhuma. O que nós estamos fazendo é reduzir o subsídio e, para isso, estamos indexando o crédito do setor agrícola à correção monetária." Foi o que afirmou o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, Delfim Netto, depois de mais um dia de reuniões com o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central, e os assessores da Seplan.

Embora as reuniões devam prosseguir no dia de hoje, Delfim Netto manifestou a esperança de que o presidente Figueiredo tome ainda hoje as decisões finais em relação ao pacote, que, ainda segundo o ministro, deverá conter medidas na área fiscal, monetária e também no tocante aos gastos de custeio e investimento do governo. O presidente da República "tem conhecimento de tudo, deve estar analisando estes documentos e vai tomar a sua decisão provavelmente amanhã (hoje)", disse Delfim Netto. Por isso, o ministro previu, mas

sem certeza, para quinta-feira a reunião do Conselho Monetário Nacional que homologará as decisões de Figueiredo.

Na tarde de ontem, segundo apurou a repórter Cláudia Safatle, o expurgo dos aumentos de preços do trigo e do petróleo dos índices de reajustes dos salários — INPC — continuava indefinido, como prosseguia o impasse de se promover ou não uma desindexação mais profunda na economia. Pouco antes de seguir para mais uma rodada de reuniões no Palácio do Planalto, o ministro Ernane Galvêas, confirmou a indefinição desse ponto básico da amarração do pacote econômico.

"Quem está cuidando disso é o ministro Delfim Netto, de modo que só perguntando a ele. Eu estou inocente", declarou Galvêas. As 10 horas da noite, entretanto, Galvêas voltou a falar sobre o assunto: "Não existe nada sobre isso".

O encontro no início da noite de ontem, no Planalto, reuniu praticamente todos os integrantes do governo envolvidos na elaboração do pacote. Além de Galvêas e de seu secretário

geral, Mailson Ferreira da Nóbrega, estiveram presentes o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, os diretores da área bancária e de crédito rural, Antônio Chagas Meirelles e José Kleber Leite de Castro, o chefe da assessoria econômica do Ministério da Agricultura, Denis Ferreira, e vários assessores da Seplan, além do secretário geral, Flávio Pécora. Antes da reunião, porém, o ministro Galvêas esteve com o ex-ministro da Fazenda, Octavio Gouvêa de Bulhões. O empresário Abílio Diniz também compareceu ao Palácio do Planalto para uma conversa, no meio da tarde, com o chefe do Gabinete Civil, ministro Leitão de Abreu.

O ex-ministro Bulhões, que conversou também com Delfim Netto, declarou, ao entrar no Palácio do Planalto, que a sua sugestão "é conhecida. É uma sugestão radical: suprimir todos os subsídios e promover a desindexação".

Técnicos da Sest ouvidos ontem indicaram claramente que o orçamento das estatais poderá passar por novas modificações. Hoje deverá haver novas reu-

niões para analisar possíveis alterações no volume de captação de recursos externos das estatais, provavelmente para dar uma folga às empresas em função dos planos de renegociação da dívida externa. Os cortes nos dispêndios das estatais poderão atingir Cr\$ 1,2 trilhão, conforme fontes do governo que acompanham a evolução do pacote.

Um dos participantes da reunião informou que o ministro Delfim Netto já deu a sua aprovação prévia a que os reajustes dos contratos de prestação de serviços e de fornecimento de equipamentos serão limitados a 90% do INPC no período ou a 70% da variação das ORTN. Para desestimular os atrasos nas obras, os pagamentos decorrentes de atrasos das empreiteiras ou dos fornecedores deixarão de ser corrigidos monetariamente. As medidas na área das estatais serão formalizadas por dois decretos-leis, dois decretos e um projeto de lei.

CONSTRUÇÃO CIVIL

No Rio, num derradeiro esforço de influir nas decisões do governo, a Câmara

Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) está enviando a todos os membros do Conselho Monetário Nacional telex com 22 sugestões para uma reativação da construção civil, segundo relata o repórter Reginaldo Heller. O documento, assinado pelo presidente da entidade, o empresário João Fortes, afirma que o setor será um "apoio indispensável ao desdobramento das resoluções que dizem respeito à redução do déficit público, particularmente as referentes ao corte dos orçamentos da União e das empresas estatais".

Sugere João Fortes a renegociação da dívida externa em condições compatíveis com as necessidades econômicas e sociais, levando-se em conta, inclusive, novas estratégias de exportações. Entre as sugestões, cita a permissão para que as pessoas jurídicas apliquem em cadernetas de poupança, a obrigatoriedade aos fundos de pensão para aplicar 10% de suas reservas na aquisição de cédulas hipotecárias e letras imobiliárias e a quantificação dos recursos do Finsocial destinados ao BNH e sua liberação em duodécimos.